

COSTA DO DENDÊ – ESTADO DA BAHIA O MUNICÍPIO-ARQUIPELAGO DE CAIRU

“o território do município de Cairu constitui uma realidade excepcional na sua singularidade e valores, determinando que deva ser considerado patrimônio universal pela sua história, natureza e paisagem e principalmente pelas potencialidades de nele se poder criar um caso de valor mundial como exemplo de desenvolvimento sustentável.”

Do Cairu 2030

CAIRU, na Costa do Dendê, é um município e arquipélago integrado por número variável de ilhas. Falamos vinte e seis ilhas, outros trinta e seis. Na verdade, trata-se de número variável, porquanto a baixa-mar exhibe ilhotas (chamadas coroas) que não se vêem na preamar. É certo, no entanto, que a população de 13.720 habitantes (Censo de 2007) e a atividade econômica se acham nas três principais ilhas que são Boipeba, Cairu e Tinhare. As demais não são habitadas; são “viveiros” de caranguejos, siris, ostras; são santuários ecológicos. Um principado ambiental! Definição do IBGE: *“geologicamente trata-se de um conjunto de ilhas costeiras, relacionadas à área do continente que lhes é adjacente, ambientalmente homogêneo e ecologicamente integrado, que constitui um caso excepcional entre os municípios brasileiros, uma vez que o Município de Cairu é formado por ilhas separadas somente por canais e rios, que estão subordinadas a uma única administração”*. Cabe aos cairuenses resguardar a preservação da unidade tanto política quanto ambiental do Município de Cairu.

As três grandes Ilhas:

- ILHA DE CAIRU, onde está localizada a sede municipal e o povoado de Torrinhas;
- ILHA DE TINHARÉ, contendo os povoados de Morro de São Paulo e Gamboa, além das Vilas de Galeão, Garapuá e Canavieiras;
- ILHA DE BOIPEBA, contendo os povoados de Velha Boipeba, Moreré e São Sebastião.

O município abrange uma área de 452,9 km², taxa de urbanização de 44,36% e densidade populacional de 30,33 hab/km². O rendimento médio mensal per capita da população economicamente ativa é de 1,3 salário mínimo, estando a economia apoiada sobre a exploração dos recursos naturais da pesca, mariscagem e extrativismo da piaçava; as atividades associadas ao turismo e mais recentemente a exploração de petróleo e gás natural na plataforma continental.

Todo o território está inserido em áreas de proteção ambiental – APA Tinhare-Boipeba e APA Caminhos da Boa Esperança, esta abrangendo somente a Ilha de Cairu. Essas unidades de conservação são coordenadas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através de um Conselho Gestor.

O clima do arquipélago é o tropical quente e úmido, sem estação seca demarcada, com chuvas predominantes de abril a julho e pluviosidade anual média de 1.750 mm.

A FLORA E A FAUNA

Quatro ecossistemas estão presentes no arquipélago: Marinho costeiro; Mata ombrófila densa; Restinga; Manguezais.

Os três primeiros são marcados por vegetação secundária, decorrente da ação antrópica, sendo os manguezais os sistemas menos afetados, apresentando, ainda, vegetação primária. Os manguezais apresentam grande densidade e presença em todos os habitats mais significativos não só pelo seu valor específico como ecossistema, mas também como recurso econômico e elemento estabilizador das ilhas. A mata atlântica, de características próprias da região e com elevado grau de naturalidade representativa das matas primárias, está presente em manchas significativas, constituindo um ecossistema de grande valor conservacionista. Nessas matas observam-se espécimes excepcionais de Camaçari, Jataipeba, Jequitibá, Louro, Pau D'arco, entre centenas de outras espécies de grande valor ecológico.

A vasta costa atlântica do arquipélago de Cairu constitui um ecossistema de grande complexidade, composto de recifes de coral, praias e bancos arenosos e baixios que se estendem até cerca de 4 km da linha da costa. Nos canais da contracosta, a exuberância dos manguezais e seribas.

Quanto à fauna, o que se pode dizer é que a fauna terrestre das ilhas, em particular os mamíferos com algum porte não apresenta grande variedade, sendo as ocorrências referidas essencialmente de raposas, tatus, lontras, pequenos macacos, juparás e lagartos em geral. Todas são espécies fortemente ameaçadas pela ocupação humana. Por outro lado, as ilhas são muito ricas em avifauna que encontram habitat e abrigo nas florestas e matas em termos permanentes e nos corredores migratórios das ilhas desabitadas nos canais, onde os manguezais lhes dão proteção e alimento. Os casos mais importantes são as ilhas do Manguinho, dos Patos, do Papagaio, Sabacu Grande e Sabacu Pequena e Mucurandiba.

A ECONOMIA

A pesca e a mariscagem ainda são o principal meio de sobrevivência e a fonte de suprimento de proteínas da população nativa. Essa população tem também nos trabalhos do extrativismo e beneficiamento da piaçava um meio importante de obtenção de renda. Mais recentemente, a partir dos esforços de capacitação, os nativos vêm se integrando na cadeia de produção associada ao turismo.

A exploração de petróleo e gás natural mais que uma esperança, é uma realidade, eis que o Campo de Manati, de um consórcio de empresas operado pela Petrobras se acha em regime de produção desde o início do ano passado. A receita advinda do movimento econômico dessa exploração é o recurso com que contamos para a infra-estrutura física e para os programas de desenvolvimento humano do município.

O turismo é atividade recente entre nós; resulta do desenvolvimento das comunicações e emerge com os “veranistas” até o início da década de 1970, quando as paisagens encantam e despertam o desejo de mais visitantes. E, então, emerge Morro de São Paulo. De fato, Morro de São Paulo emergiu como destino turístico devido à beleza dos seus ativos naturais e a uma espécie de magia e encanto de sua condição insular, do seu isolamento.

Estrangeiros dos quatro cantos do mundo têm vindo para curtirem essa magia. Visitantes de todo o Brasil se encantam com nossa Natureza, nossa gente, nossa culinária. Estrangeiros e brasileiros usam nossas praias e nossa hotelaria para o descanso, o lazer, o estudo e o prazer. O potencial turístico do arquipélago, no entanto, não está restrito a Morro de São Paulo. Além das praias que se estendem a partir de Morro até o extremo sul da Ilha de Boipeba, com paisagens fortes, impactantes, temos os canais internos de grande beleza; temos história e cultura antigas presentes nos monumentos arquitetônicos e no acervo de manifestações da cultura popular. A importância ecológica, histórica e cultural do arquipélago é reconhecida não só por entidades nacionais e internacionais, mas pela própria população e visitantes que são essencialmente atraídos pelas suas belezas naturais e paisagísticas, mas também pela arquitetura antiga e a cultura popular.

Nestes dias, o Estado, a Prefeitura, os agentes econômicos e sociedade organizada estão definindo, em todo o arquipélago, projetos de restauração dos monumentos antigos - a fortaleza e fonte grande em Morro de São Paulo; o Convento Franciscano e a Matriz do Rosário, em Cairu-, de infra-estruturação e qualificação urbana das vilas e vigoroso programa de capacitação de pessoas.

A vontade política de proteger o Município-Arquipélago de Cairu e salvaguardar as suas potencialidades ambientais, econômicas e culturais já existe. Precisamos, é certo, investir muito em organização e modernização da administração pública, bem como na formação do capital humano. Estes são os nossos pontos mais frágeis para o enfrentamento deste tempo de mudanças que traz uma quantidade imensa de assuntos estratégicos e suas derivações. Todos muito bem alinhados no CAIRU 2030 – Plano de Desenvolvimento Estratégico – diagnóstico socioeconômico e ambiental, que tem a chancela do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Universidade Livre da Mata Atlântica, que o patrocinaram. Realizado por um consórcio de consultoria portuguesa e por técnicos da Prefeitura de Cairu, o Plano indica um rumo que, independente dos ventos eleitorais, está dando ao município uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo. O *CAIRU 2030* quer ser também, enquanto referência de planejamento do município, uma blindagem contra os efeitos nocivos da explosão do Turismo para o Meio Ambiente. Os estudos desenvolvidos para a sua elaboração demonstraram que ***"o território do município constitui uma realidade excepcional na sua singularidade e valores, determinando que deva ser considerado como patrimônio universal pela sua história, natureza e paisagem e principalmente pelas potencialidades de nele se poder criar um caso de valor mundial como exemplo de desenvolvimento sustentável"***.

Há, da parte de todos, Prefeitura, habitantes e visitantes do arquipélago, grande preocupação com os cuidados ambientais que são requeridos. É possível conciliar expansão econômica e cuidados e respeito com o meio ambiente? Achamos que é possível. Os caminhos estão indicados no CAIRU 2030. Dentre outros cenários, o Plano indica um cenário de evolução planejada da situação presente, – o único compatível com as noções de Desenvolvimento Econômico – no qual dar-se-á uma ação de planejamento voluntarista e dirigida, no sentido dos objetivos de diversificação da economia, da qualificação urbana, ambiental, social e econômica. Tudo de forma abrangente e integrada e em vista de uma conservação e gestão ambiental financeiramente sustentada. Trata-se de planejamento vincado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - o programa das Nações Unidas, por isso, oficialmente adotado pelo PNUD.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico Cairu 2030 é instrumento e oportunidade que devem ser encarados como um desafio de afirmação do planejamento para a qualidade e

sustentabilidade do arquipélago enquanto destino turístico, porquanto um conjunto de circunstâncias históricas deu origem a que Cairu associe um rico patrimônio cultural com a manutenção de valores naturais e paisagísticos relativamente bem preservados.

OUTROS ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS

Durante quatro séculos Cairu, juntamente com Camamu e Valença, foi um dos grandes fornecedores de víveres para Salvador e também de vital importância para a sua defesa militar. O conjunto fortificado de Morro de São Paulo é o melhor testemunho histórico.

A construção na segunda metade do século XX da estrada litorânea BR 101, contribuiu fortemente para a desaceleração do processo de desenvolvimento econômico da região que hoje chamamos Costa do Dendê, uma vez que desviou todo o tráfego que anteriormente era obrigatório através dos municípios litorâneos contíguos ao Arquipélago de Tinharé.

A opção da nova estrada deixou o sistema viário regional abandonado por três décadas, praticamente isolando a região dos outros centros de comércio e serviço do Estado. Manteve-se, no entanto, a comunicação via estuário, onde as embarcações de madeira (saveiros) mantinha a região viva, transportando passageiros entre as vilas e entregando as mercadorias (pescado, piaçava, coco, dendê, cravo, pimenta do reino, madeira) produzidas na região, para Valença, que se tornou o centro de serviços e comércio de toda a região, principalmente por estar ligada com boa estrada à BR 101.

Se por um lado o colapso no desenvolvimento regional resultou no esfriamento da economia, por outro lado, estes mesmos vetores anti-progresso foram os responsáveis pela preservação de um dos ambientes mais espetaculares de todo o litoral brasileiro. Durante os últimos trinta anos, esta micro-região que chamamos também de Baixo Sul ficou pulsando, latente, mantendo uma qualidade de vida razoável para os seus habitantes, que tinham na pesca e na agricultura o seu sustento. Essa mesma abundância de recursos naturais, cultura e paisagem que ficaram preservados durante anos, foram justamente os principais atrativos para a eclosão do turismo de massas.

Apesar da proximidade a grandes centros urbanos e de elevada atratividade da sua relação com o mar, o isolamento que tem sido característico das fracas acessibilidades e uma economia baseada em atividades tradicionais relacionadas com a agricultura, pescas e extrativismo artesanal tem permitido que as pressões crescentes sobre os recursos naturais e a ocupação humana estejam ainda numa fase inicial. Esta situação torna o nosso município-arquipélago uma zona de elevado valor em relação ao patrimônio natural, mas também de grande fragilidade em relação às pressões existentes que podem degradar de forma irreversível as suas características singulares. Esta fragilidade revela-se não só nos valores ambientais e paisagísticos, mas também no seu tecido social que integra ainda uma elevada autenticidade nas suas origens e estrutura e na relativa insipiência das suas instituições, marcados por hábitos de convivência onde a segurança e inter-ajuda comunal subsistem, mas que se pode desmoronar com facilidade face aos afluxos turísticos e urbanos.

Deste modo, a avaliação do Estado do Ambiente, das pressões e respectivos impactos e a criação de um conjunto de mecanismos de resposta que deve privilegiar a prevenção, é essencial para assegurar os valores existentes e mais do isso deve procurar recuperar e valorizar o que existe de elevado potencial. É o que está proposto no CAIRU 2030.

Os valores que diferenciam o Município de Cairú reforçar-se-ão, tornando cada vez mais marcante as diferenças com outras regiões. Por esse caminho, o Município de Cairú transformar-se-á em prazo relativamente curto num dos territórios do Estado da Bahia mais agradáveis para se viver e trabalhar, a par da existência de um Turismo com elevados padrões de qualidade e será dos municípios mais bem servidos com infra-estrutura e serviços para a hospitalidade.

Para este efeito algumas medidas raramente encontradas em zonas similares terão de ser tomadas. Entre elas destaca-se a introdução de restrições ainda mais fortes à circulação do automóvel (na grande maioria do território essa restrição será total); a implementação de meios de transporte não poluentes; a criação de taxas cobradas aos visitantes e aos turistas destinadas à conservação e gestão ambiental; e a concepção de formas inovadoras de fiscalização inseridas num modelo institucional exemplar.

Baseando-se nos apoios do BID e nas diferentes formas de cooperação já existentes e a criar, bem como numa utilização racional e planejada dos meios financeiros provenientes da exploração do gás natural e do petróleo efetuada ao largo da costa do município, serão concebidos modelos garantidores da sustentabilidade financeira dos investimentos acima preconizados.

Superadas estas questões, iremos também, desenvolvendo uma consciência coletiva para os cuidados ambientais e a importância do turismo; o empresariado ganhando consciência do seu papel como agente econômico propulsor. O governo organizado, realizando a infra-estruturação física e cumprindo o seu papel normativo, capacitando quadros humanos, montando e operando banco de dados. Aí então, seremos um município turístico capaz de atrair investidores e visitantes para um AMBIENTE E TURISMO DE QUALIDADE.

Avançamos um pouco mais para achar que possivelmente, nenhum município baiano, reúne, como nós, um conjunto tão grande de pré-condições para desenvolver-se de forma consistente e duradoura, especialmente pelos caminhos do Turismo. São mais de 100 km de praias; canais interiores de rara beleza e em bom estado ambiental; Cairú possui, além disso, um apreciável acervo cultural presente na arquitetura colonial, na história, nas artes e nas manifestações da cultura popular; na culinária, na graça do seu povo e no seu jeito de ser. Tudo o que os estudiosos estão chamando de *baianidade!*

Cairú, setembro de 2008.

Antonio Isaias do Rosário Ribeiro
Secretário Municipal do Desenvolvimento Sustentável